

JJ HARRISON VIA WIKIMEDIA COMMONS



China vem registrando queda no número de espécies de aves

Queda de espécies de aves é associado à energia solar na China

Uma nova pesquisa encontrou uma associação entre as políticas de expansão de energia solar na China nos últimos anos e o declínio de espécies de aves por todo o país. O trabalho saiu na última quinta-feira (20) na revista Science.

O governo chinês pretende implementar um projeto de expansão ostensiva de usinas fotovoltaicas por todo o território, visando transformar até 45% de toda a sua produção energética em solar até 2060.

No entanto, segundo os autores do estudo, as políticas de incentivo ao crescimento da energia solar não foram modeladas pensando em proteger a biodiversidade de aves.

Houve um declínio de aproximadamente 2,1% no índice de riqueza de espécies de aves no período de 2014 a 2023, associado à expansão das placas para energia solar no país.

Políticas de expansão de painéis fotovoltaicos

O impacto não foi uniforme. Foi mais pronunciado em regiões mais ricas e não desérticas, enquanto as políticas de incentivo à energia solar em regiões desérticas, como o deserto de Gobi, não estiveram associadas ao declínio da biodiversidade de aves. No estudo, Huiming Zhang, professor associado da Universidade de Ciência e Tecnologia da Informação de Nanjing e colegas chineses, dos EUA e do Vietnã, analisaram políticas de expansão de painéis fotovoltaicos no território chinês nos âmbitos estadual, municipal e distrital em 2.344 condados.

ROY BURY VIA WIKIMEDIA COMMONS



Especialistas não defendem o fim da expansão da energia solar

Contabilizando as espécies

Depois, eles coletaram registros de aves do Centro de Registro de Birdwatching Chinês, uma plataforma de usuários amadores com alto rigor científico, e cruzaram esses dados com as espécies incluídas na lista nacional de animais selvagens protegidas. Os cientistas mapearam por satélite o índice de área verde (LAI) para saber como o uso da área, da vegetação florestada à pastagem e à instalação dos painéis, mudou ao longo dos dez anos. A diversidade de espécies de aves foi calculada a partir do índice Shannon, que integra número de espécies e distribuição espacial.

Queda não significa desaparecimento de espécies

Quanto maior o índice, mais complexa e saudável é a comunidade ecológica. Um índice menor significa menor complexidade ecológica e baixa riqueza de espécies. Segundo Zhang, a queda de 2,1% não significa que essa proporção de espécies tenha desaparecido. “É uma mudança média modesta no âmbito de condados, mas pode ser ecologicamente significativa quando se repete em muitos lugares”, diz.

Área verde cresce

Em relação à área verde, os pesquisadores encontraram um paradoxo: houve um aumento nas áreas verdes no território chinês nos locais onde foram instaladas as placas fotovoltaicas. Porém, estas regiões tinham menos espécies de aves, o que eles chamaram de “inferioridade verde”. Isso ocorre porque a vegetação que cresce sob os painéis solares é homogênea.

Aves não se adaptam

“Uma paisagem pode se tornar visualmente mais verde enquanto se torna ecologicamente mais simples”, afirma Zhang. As espécies de aves que vivem em habitats ecologicamente mais complexos ou que precisam de diversos ambientes para forrageio, reprodução e criação dos ninhos desaparecem desses locais.

Nada contra a energia solar

Espécies carnívoras e onívoras apresentaram queda significativa, enquanto não foi detectada uma resposta semelhante entre as herbívoras. Aves migratórias e residentes foram igualmente afetadas.

Ainda segundo o pesquisador, o estudo não pretende demonstrar que a expansão da energia solar não deve ocorrer.

Incentivo responsável

Mas os autores defendem que as políticas de incentivos à energia solar sejam calculadas considerando os potenciais impactos na biodiversidade. “A mudança climática continua sendo um dos principais fatores de perda de biodiversidade, e os benefícios climáticos globais da energia solar superam amplamente seus custos ambientais específicos.”

Considerar o impacto

Os impactos foram ainda mais pronunciados na fase inicial de implementação de novas políticas, período que pode envolver escolha rápida de áreas, retirada da vegetação e obras. Para os autores, é justamente nesse momento que medidas como avaliação prévia da biodiversidade, criação de zonas de amortecimento e planos de restauração devem ser incorporadas.

Evitar a ceise climática

Eles concluem que frear a transição não resolveria o problema da biodiversidade, mas defendem um planejamento de maneira a evitar que uma solução para a crise climática amplie outra crise ambiental. Entre as alternativas estão direcionar grandes projetos para áreas de menor conflito ecológico.

Por Ana Bottallo (Folhapress)



Giorgia Meloni rejeitou a ideia de efeito bumerangue na imigração

Itália vira protagonista de nova escalada da crise migratória

Por **Michele Oliveira (Folhapress)**

Ao ver a cena de milhares de imigrantes entrando no território espanhol de Ceuta, no fim de julho, o governo italiano colocou em prática uma severa medida contra a Espanha e suspendeu o tratado Schengen, de livre circulação no continente. Nos últimos dias, foi a vez de a Itália entrar na mira de seus vizinhos no debate sobre o ingresso irregular de estrangeiros na União Europeia.

Ao menos seis países anunciaram a intenção de retomar o envio de imigrantes que estão à espera de proteção internacional em seus territórios para a Itália. Eles consideram que Roma é responsável pela gestão desses pedidos de asilo, por ter sido o primeiro país da UE em que esses solicitantes chegaram.

A Itália, por suas fronteiras marítimas, é uma das principais portas de ingresso do bloco, ao lado de Grécia e Espanha. No entanto, poucos meses após a posse, em 2022, o governo Giorgia Meloni interrompeu a maior parte das transferências de solicitantes de asilo por suposta falta de estruturas de acolhimento.

Não há indícios de uma ação coordenada, mas Alemanha, Suíça, Áustria, Finlândia, Suécia e Holanda voltaram a tocar nesse tema nos últimos dias, indicando que estão se preparando para mandar imigrantes de volta para a Itália.

São casos de estrangeiros

que entraram de modo irregular nas fronteiras italianas, viajaram até outro país da UE e apresentaram ali um pedido de asilo. Pelas regras do bloco, conhecidas como sistema de Dublin, cabe à Itália analisar esses casos. Isso então permite que o imigrante seja enviado de volta ao território italiano.

O número total pessoas que poderiam ser transferidas à Itália é incerto, mas em 2025 o país foi o que mais recebeu esse tipo de pedido dentro da UE. Segundo o Eurostat, foram 24 mil solicitações às autoridades italianas, das quais apenas 85 transferências foram realmente efetuadas.

A retomada das transferências desses imigrantes tem a ver com o novo Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo, que entrou em vigor em junho. Segundo Lena Riemer, professora de direito da Universidade da Europa Central (CEU) em Viena, especializada em asilo e direitos humanos, as novas regras deixaram mais evidente a responsabilidade de países de primeiro ingresso.

Pela regra antiga, se a Itália ignorasse um pedido de transferência, como vem fazendo desde 2022, o país requerente acabava ficando responsável por ele. Agora, se a Itália se omitir, ela passa a ser automaticamente responsável pelo pedido de asilo. “A mudança legal foi que não dizer nada significa, até certo ponto, um consentimento”, diz.